



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

## **ESCLARECIMENTO - TRF6-SETMA**

### **RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO E AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 07/2023**

**ABERTURA: 26/09/2023 10:30**

**IMPETRANTE DO PEDIDO: NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA**

**OBJETO:** “Registro de preços para eventual aquisição de veículos tipo "A", tipo "B" e tipo "H", segundo modelos expressos na Resolução 736/2021 CJF, para o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, conforme especificações técnicas e observações constantes do Termo de Referência e demais anexos a este edital.”

#### **I. TEMPESTIVIDADE**

Considerando a data de abertura do certame agendada para o dia 26/09/2023, considerando que o prazo estabelecido para impugnar ou solicitar esclarecimentos é de 3 dias úteis antes do certame, a presente solicitação está plenamente tempestiva.

#### **II- DOS ESCLARECIMENTOS**

##### **A- DO EMPLACAMENTO - ITEM 01/02**

Dúvida:

*"É texto do edital: “Veículo novo (zero KM), primeiro emplacamento, conforme deliberação nº 64/2008 CONTRAN”. Ocorre que, o texto de edital não restou claro se os custos com emplacamento serão arcados pelo órgão solicitante ou pela empresa vencedora do certame. Sendo assim, solicita-se o esclarecimento se o emplacamento será realizado por esta administração ou pela requerente."*

## **Resposta:**

**Esclarecendo a a dúvida apresentada, o emplacamento ficará por conta do fornecedor. Sem ônus a administração.**

### **B-DO IPVA - ITENS 01/02**

Dúvida:

*É o texto do edital: "Veículo novo (zero KM), primeiro emplacamento, conforme deliberação nº 64/2008 CONTRAN." Ocorre que, não restou claro se o emplacamento exigido em edital será realizado considerando a Isenção de IPVA. Dessa forma, solicita-se o esclarecimento se para o emplacamento dos veículos deverá ser considerada ou não a isenção do IPVA.*

## **Resposta:**

**Esclareço que o Tribunal Regional Federal é isento do pagamento de IPVA, devendo ser considerada a isenção de IPVA.**

### **C- DO COMBUSTIVEL - ITENS 01/02**

Dúvida:

*É texto do edital: "Motor bicomcombustível, em consonância com o art. 1º da Lei 9.660/1998)." Ocorre que o veículo apresentado pela Requerente possui em suas configurações combustível à gasolina, não sendo possível o abastecimento de etanol. Sua maior vantagem do abastecimento somente com gasolina é o rendimento com maior potência do motor, conforto na direção, duração de combustão com durabilidade, gerando economicidade de custo-benefício em ambientes urbanos.*

*Assim, entende-se que a diferença apresentada não pode restringir a participação de um licitante, em se tratando de bens tão comuns. Visto que o veículo da Requerente possui essa diferença na capacidade do combustível, havendo, ainda, a vantagem de*

possuir a direção elétrica, que gera uma economia de combustível ainda maior. Deste modo, requer-se o esclarecimento se será aceito automóvel de combustível a gasolina.

## **Resposta:**

**A escolha do veículo bicombustível se dá pelos seguintes argumentos:**

- 1. Flexibilidade de combustível:** Permitem que a administração escolha entre gasolina e etanol com base na disponibilidade e no preço dos combustíveis, proporcionando economia em momentos de variação de preços.
- 2. Menor emissão de poluentes:** O etanol é um combustível mais limpo em comparação com a gasolina, contribuindo para uma menor emissão de poluentes e, conseqüentemente, impactos ambientais reduzidos.
- 3. Potência e desempenho:** Em alguns casos, motores flex podem ter um desempenho ligeiramente melhor quando abastecidos com etanol de alta octanagem, resultando em mais potência e torque.
- 4. Estímulo à produção agrícola:** A produção de etanol frequentemente envolve culturas agrícolas, o que pode impulsionar a economia rural e gerar empregos.
- 5. Menos dependência de combustíveis fósseis:** O uso de etanol como combustível reduz a dependência de combustíveis fósseis, contribuindo para a diversificação da matriz energética e a segurança energética.

**Além dessas situações a resolução do Conselho Nacional de Justiça N ° 201 de 3 de março de 2015 determina:**

***"Utilizar preferencialmente combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis como o etanol"***

**Desta forma, obedecendo as diretrizes do CNJ e ainda as diretrizes de sustentabilidade, esta administração mantém a exigência do veículo bicombustível .**

## **D- DO CÂMBIO - ITENS 01/02**

Dúvida:

*É texto do edital: "Câmbio automático de, no mínimo, 06 (seis) marchas à frente e 01 (uma) a ré." Ocorre que, o veículo a ser apresentado pela Requerente, possui transmissão automática do tipo XTRONIC CVT®. A transmissão do tipo CVT (transmissão continuamente variável) caracteriza-se por ter relações de marcha infinitas de acordo com a rotação do motor, sendo diferente dos demais tipos de câmbios automáticos. Tal sistema tem como principal vantagem o conforto na*

*dirigibilidade do veículo e o consumo. Ele consome menos combustível que os veículos com câmbios automáticos convencionais, pois através de um sistema de polias de diâmetro variáveis, o câmbio CVT permite que o motor trabalhe sempre em um ponto de funcionamento ideal, reduzindo o consumo de combustível, e melhorando o conforto, pois o condutor não sente as trocas de marchas. Deste modo, visando à ampla competitividade no certame, solicita-se esclarecimento se veículos com transmissão automática do tipo XTRONIC CVT® serão aceitos.*

### **Resposta:**

**Se o cambio XTRONIC CVT®. fornecido pela licitante possuir no mínimo 06 (seis) marchas à frente e 01 (uma) a ré, não há óbice ao fornecimento.**

### **E- DA EMISSÃO DE POLUENTES E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - ITENS 01/02**

Dúvida:

*É texto do edital: "4.1.3. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a etiqueta da categoria A (mais eficiente) do programa brasileiro de etiquetagem veicular (PBE veicular)". Ocorre que, o veículo a ser apresentado pela requerente está classificado na categoria "A" da coluna "Comparação Relativa na Categoria" e "C" na "Comparação Absoluta Geral Categoria". Assim, entende-se que a diferença apresentada é irrisória, podendo ser aceita para não restringir a participação de um licitante em se tratando de bens comuns. Deste modo, solicita-se o esclarecimento desta Administração se serão aceitos veículos enquadrados na categoria "A" de Comparação Relativa na Categoria, e "C" referente à Comparação Absoluta Geral.*

### **Resposta:**

**Devido a omissão do Termo de Referência o que tange a etiqueta de comparação Relativa ou da Comparação absoluta retificamos o texto e esclarecemos que será permitido a categoria Relativa e a categoria Absoluta como NÍVEL A.**

### **F- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - ITENS 01/02**

Dúvida:

*O edital não menciona em nenhum de seus Anexos sobre a origem da verba da dotação orçamentária para a aquisição dos veículos. Diante disso, solicita-se esclarecimento acerca da dotação orçamentária, uma vez que o mesmo não consta no edital, se a verba será municipal, estadual ou federal.*

### **Resposta:**

**A dotação orçamentária utilizada por este órgão é federal.**

## **G- DA VALIDADE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - ITENS 01/02**

Dúvida:

*O edital exige em sua especificação: “12.1 A aquisição ocorrerá mediante sistema de registro de preços, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 c/c o art. 22 do Decreto nº11.462/2023”. Conforme a Lei 14.133/21, a ata de registro de preço poderá ser prorrogada por igual período, ou seja, poderá totalizar 24 (vinte e quatro) meses no fim do processo. Ocorre que, a utilização dessa prerrogativa pela Administração afeta a viabilidade e a eficácia da manutenção de preços estáveis por um período tão prolongado. O mercado atual é caracterizado por mudanças frequentes nas condições econômicas, flutuações cambiais, alterações nas políticas fiscais e outros fatores que influenciam diretamente nos custos dos produtos e serviços, os quais diversos elementos influenciam os custos de produção, como matéria-prima, mão de obra, insumos e energia. Ao longo de 24 meses, é altamente provável que ocorram variações significativas nesses componentes, o que tornaria inviável manter os preços fixos e alinhados com a realidade do mercado. De modo que, haverá a redução de participantes nas licitações, tendo em vista, que os licitantes podem enfrentar dificuldades em manter suas operações e compromissos por um período tão longo, o que poderia resultar em problemas de fornecimento, qualidade e relacionamento com a Administração, devido possíveis desgastes futuros. Diante disso, para assegurar uma contratação eficaz, que esteja alinhada com as melhores práticas de mercado e atenda às reais necessidades da Administração Pública, solicita-se esclarecimento 1) se a Administração realizará a utilização da possibilidade de prorrogação da ata por igual período ; 2) sendo utilizada, se ficará a cargo da Contratada o aceite da prorrogação.*

**Resposta:**

**No item 5.1 da ATA de registro de preços determina:**

***5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei 14.133/2021.***

**Como determina o item 5.1 a renovação por mais 12 meses será uma prerrogativa da administração devendo ser observada a vantajosidade do preço e a anuência do fornecedor.**

**DAS IMPUGNAÇÕES:**

## **ITEM A-DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL - ITENS 01/02**

Impugnação:

*É texto do edital: “Tanque de combustível com capacidade igual ou superior a 50 litros.” Ocorre que o veículo apresentado pela Requerente possui em suas configurações tanque de combustível com a capacidade de 47 (quarenta e sete) litros, especificação esta que apresenta uma maior vantagem, pois o veículo possui uma autonomia/consumo menor do que os demais veículos disponíveis no mercado, trazendo um melhor rendimento, maior economicidade e melhor custo benefício em ambientes urbanos. Assim, entende-se que a diferença apresentada não pode restringir a participação de um licitante, em se tratando de bens tão comuns. Visto que o veículo da Requerente possui essa diferença na capacidade do tanque de combustível, havendo, ainda, a vantagem de possuir a direção elétrica, que gera uma economia de combustível de até 5%, por não consumir potência direta do motor ao não estar ligada diretamente a ele por correia. Deste modo, requer-se, a alteração da exigência do edital para que passe a constar como requisito mínimo: tanque de combustível a partir de 47 litros.*

## **Resposta:**

### **DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA:**

**O princípio da eficiência na administração pública é um dos princípios fundamentais que orientam a atuação do Estado na gestão dos recursos públicos e na prestação de serviços à sociedade. Ele está previsto na Constituição Federal do Brasil, mais especificamente no artigo 37, que trata dos princípios que regem a administração pública. O princípio da eficiência impõe que a administração pública seja eficaz, econômica e eficiente em suas ações e decisões.**

**A administração pública deve utilizar os recursos disponíveis de forma eficiente, evitando desperdícios e garantindo que os recursos sejam aplicados da melhor maneira possível para atender às necessidades da sociedade.**

**A eficiência implica em buscar a excelência na gestão pública, adotando boas práticas de governança, planejamento estratégico e avaliação de resultados.**

**A administração pública deve buscar formas de economizar recursos, sem comprometer a qualidade dos serviços prestados. Isso pode envolver a redução de gastos desnecessários e a otimização dos processos.**

**O dever de eficiência é referido por Hely Lopes Meireles como sendo:**

*[...] o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. Esse dever de eficiência, [...] corresponde ao dever de boa administração da doutrina italiana, o que*

*já se acha consagrado , entre nós, pela Reforma Administrativa Federal do Dec.-lei 200/67, ... (MEIRELLES, Direito ... , p. 68).*

**Nesta mesma linha de entendimento encontramos a posição de Luís Henrique Martins dos Anjos e Walter Jone dos Anjos, para quem:**

*Eficiência é uma diretriz consagrada antes da própria Constituição de 1988 e pela mesma foi recepcionada e ampliada também antes da Emenda Constitucional nº 19 no sentido de que a máquina administrativa seja dinâmica e ágil como contraponto à inerente burocracia existente em toda estrutura administrativa fruto de outros Princípios como Legalidade, Motivação, Hierarquia, Tutela, bem como indicando a utilização de recursos nem maiores nem menores do que o necessário para o Poder Público realizar suas funções, através de uma atividade planejada e coordenada em que se busque sempre a qualificação do serviço público. (ANJOS, Manual de Direito ..., p. 60).*

**Partindo da colocação de Hely Lopes Meireles, Maria Sylvia Zanella Di Pietro acresce que:**

O princípio da eficiência apresenta, na realidade, dois aspectos: pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados; e em relação ao modo de organizar, estruturar, disciplinar a Administração Pública, também com o mesmo objetivo de alcançar os melhores resultados na prestação do serviço público. (DI PIETRO, Direito ..., p. 73).

**Se primando pelo princípio da eficiência, esta administração levantou os pontos primordiais sobre a escolha do tanque de combustível de 50 litros, observando-os a seguir:**

**1- Maior autonomia:** Um tanque de 50 litros geralmente permite que você percorra uma distância maior antes de precisar abastecer novamente.

**2- Economia de tempo:** Menos paradas para abastecer significam menos tempo gasto em postos de gasolina, tornando as viagens mais eficientes.

**3- Flexibilidade de escolha:** Com um tanque maior, a administração pode escolher quando e onde abastecer com mais flexibilidade, buscando os preços mais baixos ou aproveitando ofertas especiais., obedecendo as diretrizes de economicidade.

**4- Menos impacto ambiental:** Menos paradas para abastecer podem reduzir a pegada de carbono do veículo, especialmente se você optar por combustíveis mais eficientes em termos de emissões.

**5- Maior conveniência:** Em áreas remotas ou com poucos postos de combustível, um tanque de 50 litros pode fornecer a comodidade de que a administração não ficará sem combustível.

**Diante disto, visando a eficiência, a economia, a otimização de processos e mão de obra, visando também a maior competitividade, alteramos a exigência de capacidade do tanque de combustível de no mínimo 50 litros para a possibilidade de no mínimo de 50 litros podendo haver variação de até, no máximo 10% para menos.**

## **ITEM B - DA FABRICAÇÃO - ITENS 01/02**

### **Impugnação:**

" É texto do edital: "Fabricação nacional ou nos países que compõem o mercosul (serão aceitos veículos fabricados nos países do mercosul, desde que haja acordo bilateral para o comércio de veículos, em vigor no Brasil)". A NISSAN tem interesse em participar do certame oferecendo um de seus veículos mundialmente reconhecidos pela excelente qualidade, resistência, potência e robustez, o qual está presente no mercado brasileiro a muito tempo. Por questões de remanejamento global de produção, após ter inaugurado uma grande planta industrial em Resende, no Estado do Rio de Janeiro para a produção de diversos modelos, porém alguns de seus modelos tiveram sua produção deslocada atualmente para o México. Ressaltando que sua ampla rede de Concessionárias está plenamente apta a dar total assistência técnica e garantia à todos os veículos da marca, independentemente do local de produção. Aliás, esta é uma característica das grandes montadoras de automóveis que, por se posicionarem globalmente, distribuem a produção de cada modelo/versão para suas diversas plantas alocadas em países diversos. Assim, para que a Requerente, além de outras fabricantes com plantas industriais no País que produzem alguns de seus veículos em outros países, possam participar do certame, necessária é a alteração da exigência de fabricação nacional ou nacionalizada, para fabricação importada. Desta forma, ampliará a competitividade do certame, verificando ainda que há entendimentos que os produtos importados podem ser aceitos, desde que seja assegurada sempre a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a devida assistência técnica, bem como a garantia. (...)Sendo assim, requer-se, a alteração da exigência da "fabricação nacional", passando a constar em edital como exigência mínima: veículo de fabricação nacional, nacionalizado e importado"

### **Resposta:**

**Em análise à solicitação, com a finalidade de ampliar a participação e competitividade de empresas, e em concordância com o acordo entre Brasil e México na comercialização de veículos ACE 55, RETIFICO exigência de "Fabricação nacional ou nos países que compõem o mercosul (serão aceitos veículos fabricados nos países do mercosul, desde que haja acordo bilateral para o comércio de veículos, em vigor no Brasil) para a exigência de "veículo de fabricação nacional, nacionalizado e importado, desde que não possuam restrição em comercialização no Brasil, e que possuam assistência técnica na região de Belo Horizonte -MG"**



## **DO TETO SOLAR - ITENS 01/02**

### **Impugnação:**

O edital exige: “Teto rígido (sem teto solar) Ocorre que, o veículo a ser apresentado pela NISSAN possui teto solar com controle elétrico, sendo a única versão disponível para a linha de produção do veículo. No entanto, tal diferença apresentada não pode restringir a participação de um licitante, em se tratando de bens tão comuns, tendo em vista a notória restrição da ampla concorrência entre os licitantes que esta exigência estabelece. Sendo assim, requer-se, a alteração da exigência do edital para que passe a aceitar veículos com teto solar.

### **Resposta:**

**Em análise à solicitação da impugnante, esclarecemos que, não é oportuno por esta administração adquirir veículo com teto solar pelos seguintes motivos:**

**1. Com o teto rígido não será necessário a preocupação da manutenção caso ocorra defeitos.**

**2. Devido o objetivo principal da aquisição dos veículos ser a mobilização dos magistrados, é inseguro a permissão do teto solar, uma vez que com o teto aberto podem ocorrer possíveis atentados contra as autoridades com mais facilidade, pois estarão expostos e fragilizados.**

**Diante o exposto, não realizaremos alteração no que tange a exigência do teto rígido.**

## **DA PARTICIPAÇÃO DE QUALQUER EMPRESA - LEI FERRARI CTB/CONTRAN.**

### **Impugnação:**

*A Lei 8.666/93 em seu artigo 30, IV, deixa claro que em determinadas áreas e seguimentos, deverão ser observadas as exigências contidas em leis especiais, específicas. No tocante ao mercado automobilístico brasileiro temos a Lei 6.729/79, conhecida como Lei Ferrari. O instrumento convocatório requer um veículo zero quilometro. Para que isso possa de fato ocorrer dentro da legalidade, seria necessário que o edital trouxesse em suas cláusulas, a exigência de atendimento ao fornecimento de veículo novo apenas por fabricante ou concessionário credenciado, nos termos da Lei nº 6.729/79, conhecida como a Lei Ferrari.*

*Essa lei disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores. Tem caráter de lei especial, não cabendo, portanto, a aplicação de normas subsidiárias de Direito Comum, com informações específicas sobre as formalidades e obrigações legama relação válida de concessão comercial entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores. Em seus artigos 1o e 2o , verifica-se que veículos “zero quilometro” só podem ser comercializados por*

concessionários para uso: (...) Sendo assim, é explícito que a venda de veículo novo somente pode ser efetuada por concessionário ou fabricante ao consumidor final. Não sendo realizado nessas condições, o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo. Nesse mesmo sentido, a Controladoria Geral da União (CGU) em resposta a pedido de esclarecimento feito ao Pregão 01/2014, deixou claro que “veículo novo (zero quilometro) é aquele adquirido através de fabricante/montadora, concessionária ou revendedor autorizado, sujeito às regras impostas pelo código de trânsito Brasileiro - CTB”. (...) Desta forma solicita-se a inclusão no presente edital da exigência de estrito cumprimento da Lei Federal nº 6.729/79, Lei Ferrari, com a aquisição de veículo zero quilometro por empresa autorizada e com a concessão de comercialização fornecida pelo fabricante.

## **Resposta:**

**Em primeiro momento apesar da impugnante citar a Lei nº 8.666/1993, esta licitação não é regida pela Lei 14.133/2021.**

**Ainda, este edital trás evidenciado a garantia da competitividade, objetivando a escolha da proposta que se apresente como a mais vantajosa para a Administração Pública.**

**Partindo desse entendimento, observa-se que o Edital foi elaborado de maneira que englobe o maior número de participantes, dentre os quais a própria impugnante. Entende-se dessa forma, que a empresa em questão tem pretensões em restringir a competitividade, de modo a afastar possíveis concorrentes.**

**Impor às interessadas a apresentação de qualquer tipo de autorização e/ou concessão fornecida por fabricante para fins de habilitação e/ou participação no procedimento em tela viola o entendimento jurisprudencial do TCU, que já se manifestou da seguinte forma:**

### **Determinação: ao Ministério das Comunicações**

**15.1 que se abstenha de fixar exigência de declaração de que a licitante é distribuidora ou revendedora autorizada do produto ofertado, como condição de habilitação ou de classificação, por falta de amparo legal, e por constituir restrição ao caráter competitivo, em afronta ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93; (Acórdão TCU n.º 2.375/2006 - Segunda Câmara)**

**Observa-se então, que restringir o Edital apenas para empresas autorizadas e em concessão de comercialização fornecidas pelo fabricante, afronta a norma legal e o entendimento jurisprudencial aplicáveis ao caso em tela. Tal questionamento, aliás, já fora objeto de debate pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP, que entendeu o seguinte:**

**“TRIBUNAL PLENO - SESSÃO: 01/11/2017  
EXAME PRÉVIO DE EDITAL SEÇÃO MUNICIPAL  
Processo: TC-011589/989/17-7  
Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho**

## SEÇÃO MUNICIPAL

### 2. VOTO

**2.1. Trata-se de representação formulada por BRUNISA COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA - ME contra o edital do Pregão Presencial nº 067/17, processo nº 189/17, do tipo menor preço global, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE AVARÉ, tendo por objeto a aquisição, na modalidade frotista, de 01 (um) veículo para a Vigilância Epidemiológica, conforme o Anexo I - Descrição.**

[...]

**Portanto, entende-se que ao acatar o pedido do impugnante no que se refere a inclusão da Lei Ferrari no Edital, estaríamos contrariando todo o princípio da competitividade, já que restringiria apenas para empresas autorizadas e em concessão de comercialização fornecidas pelo fabricante, incorrendo assim em grave ofensa à legalidade e demais princípios que norteiam as contratações públicas.**

**Ante as considerações apresentadas, analisando as razões da impugnante, manifesto em negar-lhe provimento no que tange á alteração solicitada.**

## V. DOS REQUERIMENTOS

Foram respondidos os itens questionados pela impugnante, e acatados parcialmente os pedidos , não será necessária a republicação do edital, mantendo a data para o dia 26/09/2023.

Atenciosamente;

Fernanda Portella Sampaio

Diretora da SUSIT



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Portella Sampaio, Diretor de Subsecretaria**, em 25/09/2023, às 15:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0471677** e o código CRC **CE1C4F28**.